

Mercúrio inunda os rios

Cuiabá — Vinte e uma toneladas de mercúrio despejadas no solo e nos rios da região de Peixoto de Azevedo, e aproximadamente 13 toneladas em Alta Floresta, só no ano de 86. Esses números foram constatados por técnicos da Coordenadoria do Meio Ambiente do Mato Grosso, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, dando prosseguimento ao projeto impactos ambientais de ouro em Mato Grosso, trabalho inédito no Brasil e o primeiro do gênero na América Latina, segundo o biólogo Guilherme Borges.

O projeto nasceu em 1984 e é patrocinado financeiramente pelo Finep e Ministério do Desenvolvimento Urbano, via Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema). Nessa época a Cesp, através de análise da água em Poconé, constatou traços de mercúrio um pouco elevados, sendo acusados também teores do produto no sangue das pessoas.

Nas regiões Norte e Centro-Sul os peixes mais consumidos apresentam maior potencial de acumulação de mercúrio nos tecidos, afirma o relatório da coordenadoria. Em Peixoto de Azevedo o rio está contaminado e 80 por cento dos igarapés estão também poluídos. Na Baixada Cuiabana foram despejados 500 quilos de mercúrio, em Nova Xavantina, 1.200 e em Poconé uma tonelada.

João Pessoa recupera a sua história

O governador do Estado e a prefeitura municipal de João Pessoa firmam, hoje, em Brasília, convênio com os ministérios da Cultura e do Desenvolvimento Urbano com o objetivo de recuperar todos os prédios que compreendem o chamado núcleo histórico da capital paraibana. Trata-se de um projeto de restauração de pelo menos 200 prédios já realizados em João Pessoa. A princípio, não há estimativa do valor a ser investido durante a sua execução, que terá início no próximo ano e somente será concluído em 1992.

Esse convênio é resultado de um acordo firmado entre os governos brasileiro e espanhol, em abril do ano passado. "EquiVale apenas a um compromisso interno de colaboração financeira de todas as instituições signatárias para a viabilização desse projeto. Com uma ressalva: a Espanha, apesar de não participar da assinatura de hoje, entrará com a maior parte dos recursos", explicou Maria Luiza Cerrillos, representante do governo federal.

Para o próximo ano serão necessários recursos da ordem de Cz\$ 130 milhões. Mesmo assim, o projeto é viável e há interesse do governo espanhol em preservar a memória do continente latino-americano. Há um programa específico para isso, e este ano um dos países escolhidos foi o Brasil. Como havia a necessidade de indicação de uma cidade a ser beneficiada com o projeto, por sugestão do ministro da Cultura, Celso Furtado, João Pessoa foi escolhida.

Prorrogado Prêmio Brasil de Economia

Foi prorrogado até o dia 31 próximo o prazo de inscrições para o "Prêmio Brasil de Economia", organizado pelo Banco do Brasil e Conselho Federal de Economia, e que oferece 1.225 OTNs (Cz\$ 448.950,25) de prêmios aos autores dos melhores trabalhos sobre "O Estado e a Economia no Brasil". O concurso, aberto a economistas e estudantes da área, visa a estimular o desenvolvimento de pesquisas e a criação de novas fórmulas econômicas "capazes de permitir uma produção e distribuição de riquezas justas e adequadas à realidade brasileira".

Os trabalhos devem ser entregues até o dia 30 de setembro na secretaria dos Conselhos Regionais de Economia (Corecons). Os resultados serão divulgados até 30 de novembro próximo, pelo Banco do Brasil e Coniecon.

O primeiro colocado na categoria economista receberá um prêmio de 500 OTNs, o segundo terá 250 OTNs e o terceiro 125 OTNs. Aos estudantes caberão prêmios de 200, 100 e 50 OTNs para os três primeiros classificados, respectivamente.

A inscrição está condicionada ao pagamento de taxa de Cz\$ 100,00 nas agências do BB e restrita a trabalhos inéditos, com um máximo de 100 laudas para a categoria economista e 60 para a de estudante. Podem concorrer ao prêmio economistas em situação regular no Corecon e estudantes regularmente matriculados e equando curso de economia reconhecido oficialmente.

Brossard e Funai querem Cimi investigado

Ministro diz que lobby para restringir soberania "merece rejeição sumária"

JOAQUIM FIRMINO



Na sede da Contag, os índios debatem a entrega unificada de emendas populares defendendo seus direitos

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, classificou ontem, de "fato da maior gravidade e que merece rejeição sumária", o lobby do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs que seria apoiado no Brasil pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) com o objetivo de restringir a soberania do Governo sobre áreas indígenas na região Amazônica.

A denúncia foi feita pelo jornal O Estado de S. Paulo, dia 9 último, informando que tal lobby envolveria também a não exploração de minerais naquela região brasileira.

Apesar de com firmeza ao possível lobby, o ministro Paulo Brossard disse que "ao mesmo tempo isso ajuda a compreender outros dados, outras coisas...". Porém negou-se a explicar quais seriam esses outros

dados, essas outras coisas.

Já o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, determinou a agilização dos trabalhos que visam controlar a atuação de mais de 60 grupos religiosos em áreas indígenas. A decisão, segundo ele, se deve a série de reportagens publicadas no jornal O Estado de S. Paulo, que denuncia o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) como integrante de um comploté internacional para restringir o exercício da soberania brasileira sobre as terras indígenas da Amazônia.

— Estou preocupado e estarecido com esta denúncia — afirmou Jucá, revelando que missionários de diversas religiões atuam em quase todas as reservas indígenas do País. Sem revelar o nome dessas missões, Jucá informou que tem recebido denúncias de

mão-de-obra escrava, contrabando de pedras preciosas e até mesmo plantação de cocaína.

Ele lembrou que 40 por cento das reservas minerais da Amazônia estão localizadas em territórios indígenas, principalmente as de ouro, diamante e cassiterita, o que representa um potencial mineral não explorado de cerca de 50 bilhões de dólares.

Uma recente portaria conjunta da Funai e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) estabelece normas para que companhias de mineração explorem o subsolo das áreas indígenas. Segundo a portaria, a mineração só poderá ser feita com a autorização dos índios que receberam um percentual através do pagamento de royalties.

Igrejas desconhecem documento

Mesmo sendo filiado ao Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), com sede em Porto Alegre, desconhece o documento "Diretriz Brasil nº 4 — ano 0", citado na matéria do jornal. Também o Centro de Documentação e Informação, entidade civil sem fins lucrativos, instalado na av. Higienópolis, 983, em São Paulo, e que possui um acervo de 12 anos de documentos sobre a questão indígena e a relação da igreja com esse assunto, desconhece o material divulgado pelo jornal paulista.

Gottfried Brakemeier, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana e presidente do Conic no Brasil, ouvido por telefone, em Porto Alegre, afirmou que as informações contidas na matéria pública no último domingo são "distorcidas e maliciosas". Já Carlos Alberto Ricardo, coordenador do Programa Pólos Indígenas no Brasil, do Centro de Documentação e Informação, chega mesmo a duvidar da autenticidade do documento citado pela reportagem. Ele acha que isso se insere "dentro de um quadro de pressões à Constituinte, por setores

que estão descontentes com a forma como a questão indígena ficou colocada no anteprojeto da Constituição".

O Conic, segundo seu presidente no Brasil, é composto por seis igrejas — Evangélica de Confissão Luterana, Católica Romana, Metodista, Episcopal, Reformada do Brasil e Presbiteriana Unida — e tem como objetivo promover a unidade das igrejas, fomentando o ecumenismo e manifestar-se, conjuntamente, em relação a assuntos de interesse público. Como exemplo dessa segunda atividade, Brakemeier lembrou a divulgação, na semana passada, em Brasília, de documento intitulado "Apelo por um compromisso coletivo pela democracia".

Esse documento, foi lançado na última sexta-feira, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e aborda os problemas econômicos por que passa o País e os seus reflexos na sociedade brasileira. Logo em sua abertura, ele coloca que a situação nacional é de "extrema gravidade" e que as igrejas, ao se pronunciarem, "fazem movidas pelo compromisso com Jesus

A polêmica chega ao colégio

Manaus — Direta ou indiretamente, a luta para restringir o exercício da soberania brasileira sobre as terras indígenas da Amazônia — denunciada pelo jornal O Estado de S. Paulo — acaba de chegar ao famoso Centro Educacional La Salle, à rua Eldorado, 151, no bairro Dom Pedro, mantido pelos padres salesianos e dirigido pelo respeitado padre Roque Rigoni. E que na semana passada, os alunos da 8ª série do 1º grau receberam do professor Victor, que leciona a disciplina religião, um texto com o título "é assim que acabam com os índios", publicado na edição de abril da revista Sem Fronteiras e assinado pelo ex-padre Egidio Schwade e sua mulher Doroti.

Os alunos, cuja faixa etária varia de 14 a 16 anos, não entenderam nada, pois o assunto estava longe de se enquadrar na disciplina de religião. Muitos foram consultar seus pais sobre o trabalho, pois estranharam o pedido do professor. Um pai, consultado ontem, em Manaus, arriscou um palpite: "É pura lavagem cerebral para que ninguém mexa nas terras dos índios. Parece até que as áreas indígenas têm que ser privilégio da igreja e de seus missionários". Um outro já partiu para a ironia: "É trabalho de base do Conselho Indigenista Missionário". A diretoria dada pelo professor Victor se assemelha muito a um trabalho de formação ou lavagem cerebral dos incautos alunos do La Salle. Vejamos: ele pediu que o trabalho, que deverá ser entregue até o final desta semana ou começo da outra, fosse dividido em três partes: 1) uma análise crítica sobre o depoimento do ex-padre Egidio Schwade e sua mulher Doroti — os dois foram expulsos da área dos Waimiri-Atroari, no dia 4 de dezembro de 1.986, a pedido dos próprios índios; 2) comparar os fatos narrados com os atuais; 3) e fazer um comentário pessoal sobre a questão da exploração das terras indígenas pelos brancos.

No começo do texto, o casal Egidio e Doroti explica que "com muita tristeza lhes informamos a nossa retirada da área indígena Waimiri-Atroari". Só que não explicam as razões, preferindo acusar: "Sentimos que a nossa presença na área Waimiri-Atroari estava sendo muito incômoda à Funai, à Parapananema e à Eletrobrás". Mas no próprio texto, eles deixam escapar que os índios já não os queria mais na área, quando dizem: "O superintendente da Funai nos comunicou que a comunidade indígena não nos queria mais na área".

Depois disso, fazem um relato da viagem de volta e dos locais por onde passaram. Na segunda página do depoimento-reportagem, cujo intertítulo é "pressões", o casal acusa a Funai de não ter cumprido os compromissos assumidos, além do órgão ter aceito subornos em negociações nas terras dos waimiri-atroari. Mas em momento algum explica a quem foi pago os subornos e o valor. Esclarecem também que a escola montada no território índio se transformou no

único "território livre", razão pela qual sofreu várias pressões da Funai.

Afastados da área dos waimiri-atroari, o ex-padre Egidio e sua mulher ficaram irritados porque o encarregado da Funai na região, Sebastião Amâncio, levou para a tribo um casal de missionários americanos da missão Evangélica da Amazônia (MRVA). Em outro trecho, o casal diz que a referida missão "atrapalhou totalmente" a cultura wai wai e que, sem dúvida alguma, já trouxe grande tropeço aos waimiri-atroari e, inclusive aos funcionários da Funai na área".

No final do depoimento, o casal explica: "Passado o primeiro impacto e avaliando a situação indígena, especialmente da Amazônia, chegando à conclusão de que a luta indígena através de uma fase das mais críticas de sua história. O ciclo do minério, os grandes projetos oficiais, o programa Calha Norte estão aí a todo vapor, renovados com o rótulo e o fôlego da Nova República, mais precisamente da ditadura da mentira".

Para Krenak, é briga de branco

"É uma briga de brancos". A afirmação é do coordenador nacional da União das Nações Indígenas (UNI), Ailton Krenak, referindo-se à série de matérias — Os Índios na nova Constituição — que vem sendo publicada no jornal paulista. Acompanhado de um grupo de índios, ele participou de uma reunião ontem de manhã na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura para acertar os últimos detalhes da entrega unificada das 31 emendas populares. Segundo ele, as duas emendas que tratam dos direitos indígenas somam cerca de 100 mil assinaturas.

— Este tipo de notícia procura atingir o núcleo do Congresso Constituinte — afirmou Krenak, acrescentando que desde o trabalho da Subcomissão das Minorias, passando pela Comissão Temática e agora, na de Sistematização, "a questão indígena vem sendo tratada com seriedade". Para Krenak, "este tipo de campanha do Estadão soa tão grosso, agressivo e antidemocrático, que faz pensar que os brancos têm muito a aprender com os índios, principalmente no sentido da solidariedade". Lembrou que faz 400 anos que os índios têm levado chumbo dos brancos no Brasil.

Deputado pede a criação de CPI

O deputado Gerson Peres (PDS/PA) informou ontem à Mesa da Câmara que encaminhará projeto de decisão iniciado pelo deputado Adolpho Oliveira (PL/RJ) e por ele apoiado, solicitando a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias de o Conselho Indigenista Missionário ser integrante de um movimento internacional que coloca em risco a soberania brasileira, feita pelo jornal O Estado de S. Paulo. Este tema, aliás, tomou conta da sessão ordinária da Câmara, realizada ontem e marcada por um pequeno número de parlamentares em plenário.

O próprio Gerson Peres fez considerações a respeito da denúncia, classificando-a de "verdadeira" e criticando os que a definem como "ridícula e grosseira". Para o deputado, o presidente José Sarney deve "sair da toca" e apurar o problema "encarando de frente" a denúncia. "A soberania nacional e a soberania da Constituinte estão ameaçadas", disse, preocupado. Ao apartear o pronunciamento de Peres, o deputado Nelson Aguiar (PMDB/ES) sugeriu a criação de uma emenda garantindo o monopólio estatal na exploração do subsolo. Gerson Peres, agressivo, classificou o aparte de "infeliz".

O deputado Antônio Salim Curiati (PDS/SP) pediu à mesa da Câmara que publicasse as matérias do jornal juntamente com o pronunciamento do parlamentar e que, além disso, enviasse ao Papa João Paulo II tais matérias. A Mesa concordou com o primeiro pedido.

BC levanta recursos

Banco Central informou ontem que pode levantar o volume de recursos externos recebidos pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), caso as transações tenham sido realizadas via mercado regular de câmbio. Por não se tratar de instituição financeira, órgãos como o Cimi não têm o amparo do sigilo bancário e o Banco Central pode liberar os seus registros.

Para tirar proveito da maior cotação das moedas estrangeiras no mercado paralelo.

Somente nas hipóteses de financiamento, investimento ou mesmo doação registrada, o departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros do Banco Central (Fircce) poderá encontrar os correspondentes certificados emitidos. Mesmo assim, diante do pequeno número de operações e também da pouca expressividade das cifras, em relação ao total de operações cambiais, o Fircce poderá ter muitas dificuldades para chegar aos eventuais registros das transações do Cimi com o exterior.

Parlamentares apóiam apuração

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), está recolhendo assinaturas entre os constituintes para a criação de uma comissão que, congregando deputados e senadores, investigará as denúncias de existência de uma trama internacional com o objetivo de desnacionalizar as terras ocupadas pelos índios brasileiros. Cardoso Alves já conseguiu o apoio de 125 parlamentares à constituição da comissão (são necessárias 163 assinaturas de deputados e de 24 senadores para que a comissão seja instaurada).

Segundo o texto que vem sendo apresentado por Cardoso Alves, a comissão destina-se "a apurar as denúncias referentes a uma conspiração internacional envolvendo restrições à soberania nacional sobre a região amazônica, sob o

pretexto de preservar as culturas das etnias silvícolas, a ecologia e as riquezas minerais do subsolo daquela região".

O deputado Lyséas Maciel (PDT-RJ), membro do Conselho Mundial de Igrejas (entidade acusada pelo jornal denunciante de estar envolvida na conspiração), anunciou que fará hoje, em plenário, um pronunciamento sobre o assunto, apresentando um telegrama do presidente do Conselho Mundial — o uruguaio Emilio Lopes — que de Genebra, contestará a legitimidade do documento apresentado pelo jornal como prova da existência da trama internacional. "O Conselho Mundial é de fato ligado ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e está presente em todos os países onde se verifica desrespeito aos direitos huma-